

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS)**. Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte, às treze horas e trinta
3 minutos, na **Associação Empresarial de Jaraguá do Sul - ACIJS**, Rua Octaviano
4 Lombardi, nº 100 – Czerniewicz – Jaraguá do Sul – SC – CEP: 89255-055, realizou-se
5 a Reunião Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social
6 (CIB-AS-SC), com a presença dos membros: representantes da Secretaria de Estado
7 do Desenvolvimento Social (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro (Titular e
8 Coordenadora da CIB-AS-SC), Luciane dos Passos (Titular, Diretora de Assistência
9 Social), Caio Cavichioli de Souza (Gerente de Gestão do Fundo), Esmael Ros da Luz
10 (Titular e Gerente de Planejamento e Avaliação) e representantes do Colegiado
11 Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC): Magno
12 Rafael de Borba Muñoz (Titular e Presidente do COEGEMAS); Luan Maciel (Titular e
13 Secretário Municipal de Nova Itaberaba/SC), Santiago Martin Navia (Titular e Secretário
14 Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC), Wilson Alexandre Melo (Titular e
15 Secretário Municipal de Assistência Social de Santo Amaro da Imperatriz/SC), Maria
16 Claudia Goulart da Silva (Titular e Secretária Municipal de Assistência Social de
17 Florianópolis/SC), Ana Carolina Cunha Capistrano (Titular e Secretária Municipal de
18 Assistência Social de Petrolândia/SC). Estavam presentes também, gestores e técnicos
19 municipais, representantes da câmara técnica, associações de municípios, Conselhos,
20 bem como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) representado por sua
21 Conselheira Renata da Silva. Maíra Ribeiro Melo, Secretária Executiva da CIB-AS-SC,
22 realizou a chamada de composição da mesa. Registrou a presença do Prefeito do
23 município de Jaraguá do Sul, Sr. Antídio Aleixo Lunelli, do Prefeito do município de
24 Massaranduba, Sr. Armindo Sesar Tassi e do Prefeito municipal de Corupá e
25 presidente da ANVALI, Sr. João Carlos Gottardi. A palavra foi dada ao Prefeito de
26 Jaraguá do Sul para dar as boas vindas à reunião da CIB, que iniciou saudando a
27 Secretária M^a Elisa, a Diretora da DIAS Luciane, e demais membros da mesa,
28 agradeceu a presença de todos e desejou as boas vindas à cidade de Jaraguá do Sul.
29 Informa que é com muito orgulho e honra que recebe a todos, para discutir esse
30 assunto tão importante e que se faz necessária a ampliação da Política de Assistência
31 Social. Afirma que no município de Jaraguá do Sul se tem o maior cuidado com o
32 dinheiro público, com investimentos para que seja aplicado onde realmente deve ser,
33 sempre com a devida atenção com aqueles que realmente necessitam. Ressalta que a
34 Secretaria de Assistência Social do município é muito forte, muito bem administrada
35 pela Secretária Municipal, juntamente com sua equipe, da mesma forma com os outros
36 Secretários que são todos altamente comprometidos com o governo, sempre
37 trabalhando a gestão do setor público com os devidos encaminhamentos com o
38 cuidado necessário com o dinheiro público. Infelizmente nos últimos anos na Política
39 Nacional da forma como foi conduzida, parece que o dinheiro nunca tem fim, e não tem
40 dono, isso não é verdadeiro, o dinheiro tem fim sim e ele acaba e acaba muito rápido, e
41 o que a gestão municipal faz é a boa valorização dele, e o comprometimento que o
42 município tem com a gestão. Reforça que é muito importante esse momento, fica muito
43 feliz por todos estarem em Jaraguá do Sul, discutindo um assunto tão importante.
44 Afirma que a Política de Assistência Social pode sempre contar com o mesmo, que o
45 município está de “braços abertos”, e procurando sempre, fazer o melhor para as
46 pessoas, pois o seu grande objetivo é melhorar a qualidade de vida da população que
47 necessita da Assistência Social no município. Finaliza agradecendo novamente.

48 Posteriormente, a Secretária Municipal de Florianópolis Maria Claudia apresenta o
49 Projeto “Floripa Cidade Coração”. Em seguida a palavra passou à Coordenadora da
50 CIB, Secretária Maria Elisa de Caro que iniciou saudando a todos, agradeceu a
51 presença de todos os presentes, que soube que a reunião do Coegemas, no período
52 matutino, foi muito importante, que reuniu muitos municípios, que a reunião da CIB de
53 hoje, será a última em que o Sr. Magno irá presidir, é importante reconhecer que foi um
54 ano muito bom, de construção da Política Pública no Estado, e agradece, pois foram
55 reuniões efetivamente de construção, e não somente embates. Que nas reuniões da
56 CIBs que esteve, sempre saiu feliz porque em todas se conseguiu manter o diálogo, e
57 agradece muito ao Sr. Magno por este motivo. Sr. Magno agradeceu a presença de
58 todos, diz ser muito importante a participação dos Gestores, pois não se pode fazer
59 nada sozinho. Cita que a respeito do Projeto apresentado pela SMAS de Florianópolis,
60 M^a Cláudia, o Coegemas irá emitir uma nota de moção de apoio, pois entende que é
61 tão difícil na Política de Assistência Social ter projetos inovadores como este, pois,
62 geralmente, só se consegue manter as estruturas que se têm. Entende que deve haver
63 um apoio dos gestores dos municípios se posicionando a favor desse trabalho, porque
64 é muito difícil hoje ter projetos assim. Propõe que a CIB também faça essa moção de
65 apoio e encaminhe para o Prefeito de Florianópolis e a Câmara de Vereadores.
66 Informou ainda, a mudança de Diretoria do Coegemas, haverão 05 (cinco) mulheres
67 compondo a nova diretoria, isso foi motivo de muita alegria, uma grande vitória. Deseja
68 a todos uma ótima tarde de trabalho. Com a palavra a Diretora de Assistência Social,
69 Luciane, inicia a coordenação técnica. Em seguida fez a leitura da pauta do dia com os
70 seguintes pontos: **1º. Verificação da presença e da existência de quórum,**
71 confirmado; **2º. Apresentação, apreciação e aprovação da pauta,** foi informado que
72 a pauta havia sido encaminhada a todos os interessados anteriormente, aberta para
73 aprovação da pauta, a mesma foi aprovada; o Coegemas se manifestou informando
74 alguns itens para inclusão: alteração da reunião de maio, passa para dia 29/05/2020,
75 em Florianópolis e a reunião do mês de novembro será em Tijucas e não em Itajaí;
76 outra inclusão de pauta seria a explicação por parte do Estado da Normativa nº 03 de
77 dezembro de 2019, a respeito da Regionalização e o pedido para as Associações dos
78 Municípios por meio da FECAM que encaminhem as demandas e vagas de
79 acolhimentos no Estado de SC; e ainda, a inclusão da situação atual do
80 CapacitaSUAS. **3º. Apreciação e aprovação da ata da reunião plenária anterior** será
81 aprovada na próxima reunião, pois a ata foi entregue pouco dias antes desta reunião,
82 por dificuldades administrativas. O Coegemas optou em aprovar na próxima reunião de
83 CIB; **4º. Matéria de discussão: Avaliação das metas do Pacto de Aprimoramento**
84 **SUAS – etapa 2019,** Sra. Luciane informa que as metas do Pacto de Aprimoramento
85 do SUAS 2019, foram enviadas para o Coegemas essas metas foram pactuadas na
86 CIT para cumprimento dos Estados para os anos de 2016 a 2019, os municípios
87 tiveram metas de 2014 a 2017, não houve pactuação de novas metas em CIT/Brasília,
88 para municípios e Estados. Foi feita a leitura da avaliação das metas resumidamente.
89 Sr. Magno sugeriu que seja convocada a Câmara Técnica da CIB, para avaliar e emitir
90 um parecer, e assim, a CIB possa tomar uma decisão, podendo ser chamada uma
91 reunião extraordinária da CIB para posterior aprovação. O que foi aprovado. Sra.
92 Luciane informou que as metas de anos anteriores somente foi encaminhado para CIB,
93 que deliberou e aprovou, sem a necessidade de passar pela Câmara Técnica.
94 Secretária M^a Elisa entende ser um pedido pertinente, para que seja possível

95 compreender quais foram as adversidades que impossibilitaram de se cumprir as metas
96 completamente. **Cofinanciamento:** Secretária M^a Elisa informou que a proposta do
97 Estado é iniciar o repasse do cofinanciamento no mês de maio, para se ter segurança
98 de que todos possam estar habilitados, com a documentação correta, nessa data.
99 Informou que havia a possibilidade de realizar o repasse financeiro em abril, porém por
100 uma questão de segurança, está propondo que a primeira parcela seja repassada em
101 maio, mas isso depende mais dos municípios do que do Estado. Sr. Magno questionou,
102 com a nova Lei do FEAS, a possibilidade de encaminhar a documentação não por
103 meio físico e passar a ser eletrônico, até o próprio repasse do recurso, pois a referida
104 lei determina que seja repassado fundo a fundo, então questiona se o Estado está
105 realizando a mudança dessa dinâmica, ou se esse ano, ainda será da mesma forma
106 que os anos anteriores, pois se a documentação for por meio eletrônico, até se poderá
107 diminuir os prazos. Sr. Caio (Gerente de Gestão do FEAS/SDS) informou que está
108 estudando a possibilidade de ser enviado por meio eletrônico, com a equipe da SDS e
109 outros órgãos do Estado, inclusive o Centro de Informática e Automação do Estado de
110 Santa Catarina (CIASC), que é o órgão competente, mas para esse ano ainda não será
111 possível, a documentação terá que ser entregue de forma física, em função da
112 prestação de contas, a proposta é que para o ano de 2021, já seja possível um sistema
113 informatizado. Sr. Esmael informa que o trabalho junto ao CIASC é constante, para que
114 isso ocorra o mais breve possível. Secretária M^a Elisa informa que a proposta do
115 Estado é que o repasse dos recursos iniciem em maio: R\$ 7.800.00,00 (sete milhões e
116 oitocentos mil reais), agosto: (sete milhões e seiscentos mil reais) e novembro: (sete
117 milhões e seiscentos mil reais), totalizando R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões). O
118 Estado teve o cuidado de não deixar para dezembro a última parcela, reforça ser esta
119 a proposta do Estado. Ressalta que a agilidade agora é dos municípios, quem já estiver
120 com toda a documentação pronta encaminha para a SDS, para que seja possível até
121 mesmo adiantar essas parcelas. Sr. Esmael informa que se todos estiverem com a
122 documentação pronta, a primeira parcela já poderia ser liberada em abril. Sr. Magno
123 questiona a possibilidade de ser enviado por email a documentação, devidamente
124 assinado e digitalizado. Sr. Caio informa que pesquisou a respeito dessa possibilidade
125 e o grande problema são as assinaturas, pois se não certificá-las, não se tornam
126 oficiais, e podem prejudicar a prestação de contas posterior, por isso é necessário ser
127 por meio físico e também por causa das notas. Sr. Magno afirma que entende a
128 prestação de contas, mas o email já é uma prova de que foi encaminhado, ele é
129 institucional do município e a assinatura é digitalizada. A Secretária M^a Elisa entende
130 que é melhor os municípios e a SDS se resguardarem e o envio ser por meio físico, e
131 realizar os procedimentos como sempre ocorreram, como uma questão de segurança,
132 pois pode haver o questionamento da validade do processo. Sr. Emael informa que o
133 Tribunal de Contas não reconhece a assinatura digitalizada por email. A Sra. M^a
134 Cláudia (SMAS do município de Florianópolis) questiona que até o ano de 2015, o
135 cofinanciamento era realizado por porte de município, as últimas discussões que têm
136 sido realizadas a respeito do cofinanciamento, mostram que estão sendo contempladas
137 apenas a Proteção Social Básica, em detrimento de outras proteções e dos benefícios
138 eventuais, que não estão sendo cofinanciados. Fica claro que é uma responsabilidade
139 da CIB a decisão para onde se vai pactuar e utilizar os recursos. Recentemente esteve
140 no Tribunal de Contas do Estado, eles farão uma comissão, irão monitorar alguns
141 municípios e uma das questões que eles irão abordar é a questão do cofinanciamento,

142 e foi colocado que são os municípios que tem priorizado sempre por cofinanciar a
143 Proteção Social Básica, mas há municípios que desejam o cofinanciamento para outras
144 proteções em especial a Proteção Social Especial de Alta Complexidade que é
145 bastante necessário. Exemplifica que por vezes as equipes das outras proteções não
146 compreendem o porquê do recurso poder ser aplicado somente na Proteção Social
147 Básica. Propõe que cada município pudesse ter autonomia para avaliar e definir as
148 suas necessidades e prioridades, e assim, aplicar o recurso a partir da sua própria
149 realidade. Secretária M^a Elisa respondeu que sempre foi um questionamento do
150 Estado, em sua gestão, do porquê os municípios não poderiam ter essa autonomia,
151 entende que quando for aprovada a lei do SUAS, isso será possível, pois haverá os
152 pisos que definirão os percentuais a serem aplicados nas proteções, ou seja, piso para
153 a média complexidade, piso para alta complexidade, e assim por diante, é importante
154 saber que a forma como está sendo escolhido, nos últimos anos, são por dois motivos:
155 primeiro a maioria escolhe pela Proteção Social Básica, porque quase todo o território
156 do Estado, possui Proteção Social Básica, e o segundo ponto é a questão de ser pouco
157 recurso, então são duas questões: pouco recurso e a maioria possuir serviços de
158 Proteção Social Básica, porém sabe que isso não resolve o problema dos municípios
159 que possuem serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade e que
160 possuem gastos. Informa que o Estado gasta muito recurso com a Alta Complexidade
161 e com as medidas judiciais. Afirma que gostaria que enquanto a Lei do SUAS não é
162 aprovada, que os municípios tivessem a autonomia de escolher em que proteção irá
163 aplicar o recurso, de acordo com a sua realidade. Ressalta que a Lei do SUAS está no
164 CEAS para apreciação e deliberação. Reforça que a Lei precisa ser aprovada, pois
165 deixará claro, os pisos para cada proteção. Sra. Luciane informa que a Lei precisa ser
166 aprovada, o CEAS já fez a leitura e as contribuições na plenária de 18/02/2020, não foi
167 aprovada por falta de quórum e será colocada na pauta da próxima plenária do
168 Conselho. Informou também que em contato com técnicos de outros Estados, foi
169 informada que já é realizado o cofinanciamento desta forma mais flexível. Como
170 encaminhamento afirma que, junto com a Gerencia de Gestão do FEAS irá entrar em
171 contato com esses Estados para obter as informações necessárias a respeito de como
172 é realizado o cofinanciamento dos mesmos, para trazer uma resposta à essa
173 possibilidade de flexibilização da aplicação do recurso. Sr. Luan sugere que seja
174 realizado um levantamento para que os municípios informem qual a proteção social
175 seria mais importante de ser destinado o recurso do cofinanciamento. Informa também
176 que a escolha pela Proteção Social Básica se deve ao fato de que quase todos os
177 municípios possuem os serviços desta Proteção, então entende que essa seja a forma
178 mais justa de divisão dos recursos, enquanto o cofinanciamento não permitir que os
179 municípios escolham para qual serviço deseja aplicar o recurso. Informa que os
180 municípios possuem a opção de colocar recurso próprio nas outras proteções, já que
181 na Proteção Social Básica, possui o recurso do cofinanciamento estadual. Sr. Magno
182 questiona que no orçamento descritivo do Estado, está previsto que o cofinanciamento
183 para a Proteção Social Especial o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e
184 para Benefícios Eventuais: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), esse é o teto
185 máximo que se pode atingir, isso está previsto na Lei Orçamentária anual de SC do ano
186 de 2019. Então esse é o valor que o Estado pode cofinanciar para a Proteção Social
187 Especial, não tem como alterar esse valor sem ser aprovado novamente pela
188 Assembléia Legislativa do Estado. Secretária M^a Elisa confirma que este é o valor

189 máximo para a Proteção Social Especial. Sr. Magno sugere que o recurso seja dividido
190 da seguinte forma: utiliza-se os R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a
191 Proteção Social Especial e o restante do valor para a Proteção Social Básica R\$
192 18.000.000,00 (dezoito milhões). Informa que o cálculo de repasse para Benefícios
193 Eventuais é muito complexo e que já foi realizado um estudo de quem tem direito ou
194 não, de quantidade e quanto irá receber, e entende ser inviável, informa ser muito
195 complicado para cada município receber R\$ 900,00 (novecentos reais) julga não valer a
196 pena. Então sugere que esse valor fique para a Proteção Social Básica que o município
197 consegue aplicar melhor esse recurso. Questiona ainda, que o valor que está sendo
198 apresentado é para o ano todo, e não somente para o primeiro semestre como o
199 Coegemas havia entendido. A Secretária M^a Elisa esclarece que, a priori, o Estado não
200 consegue fazer essa projeção: se haverá mais recursos, se irá ter mais arrecadação
201 para pactuar futuramente. Assim, afirma que hoje esse é o valor que se tem garantido,
202 que esse é o valor que o Estado possui para o cofinanciamento do ano de 2020. Afirma
203 que não irá prometer nada a mais, hoje é o valor de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três
204 milhões de reais) divididos em três parcelas, maio, agosto e novembro. Se o Estado irá
205 arrecadar mais e será possível ao longo do ano ser pactuado mais recursos, isso não
206 se tem como prever hoje. Pondera que não pode prometer o que não têm, que nunca
207 fará isso. Hoje o que o Estado tem como pactuar é esse valor. Sabe que o recurso não
208 é muito, sabe que vai ser um ano difícil, pois Brasília não irá repassar recursos,
209 somente será repassado R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) dos R\$
210 13.000.000.000,00 (treze bilhões de reais) que deveria ser repassado para todo o
211 Brasil. Então CIT, FONSEAS, CIB e todos os Estados, estão todos unidos na luta por
212 mais recursos, seja da União ou do Estado. Mas o que se tem é esse recurso, que será
213 dividido da maneira acima citada, e caso o Estado apresente um cenário diferente com
214 uma arrecadação excepcional, pode se voltar a discutir, mas não prevê que isso ocorra,
215 pois o cenário mundial mostra o contrário. Ressalta que não pode ser irresponsável de
216 prometer coisas que não sabe se poderá cumprir, que nunca fará isso. Então é tentar
217 sobreviver com o que se têm, pois entende que nesse momento é uma questão de
218 sobrevivência. Sra. M^a Claudia (SMAS do município de Florianópolis) cita ainda, que
219 fala-se que benefícios eventuais, por ser pouco recurso e muitas exigências no
220 momento de cofinanciar, não valem a pena ser incluídos, porém pondera que na época
221 em que foram definidas as exigências para pactuação de benefícios, os municípios
222 deveriam regulamentar em lei municipal para receber o recurso, houveram municípios
223 que fizeram e outros que não, entende que deveria ser cofinanciado para aqueles que
224 cumpriram as exigências, até como forma de estimular os outros para que também
225 regularizem a situação. Afirma que é contraditório fazer a discussão em defesa do
226 SUAS, mas os gestores não dão conta de regulamentar os benefícios em seus
227 municípios. Salaria que deve haver um incentivo para quem cumpriu o que foi
228 determinado e um estímulo para os que ainda não o fizeram. Lembra ainda que muitas
229 vezes, administrativamente não há como utilizar o recurso do cofinanciamento estadual
230 somente para a Proteção Social Básica e utilizar o recurso próprio para as outras
231 proteções, porque o recurso próprio é aplicado praticamente todo na folha de
232 pagamento dos servidores. Entende ser por meio do cofinanciamento que se estimulará
233 que os municípios tenham gestão plena, pois hoje a realidade, é que alguns municípios
234 demandam para os municípios de grande porte, os serviços que eles não executam,
235 mas que os maiores possuem. E se deve ter um olhar mais voltado para aqueles que

236 executam a gestão plena. Ana Carolina (SMAS do município de Petrolândia) afirma ser
237 de município porte pequeno, mas que também recebe demandas de muitos municípios
238 de grande porte, migrantes de outros Estados, informa que as dificuldades são as
239 mesmas. Esclarece que se os recursos forem divididos para Proteção Básica e
240 Especial, municípios que não possuem abrigos, por exemplo, não receberão o recurso,
241 mas quando precisam do serviço, pagam muito caro para outros municípios receberem
242 a demanda. Sr. Magno pondera que nesse momento o mais prudente seria aplicar o
243 máximo que é permitido para a Proteção Social Especial e o restante para a Proteção
244 Social Básica, pois entende ser o mais justo nesse momento, e para o próximo ano, os
245 municípios se mobilizarem para alterar a lei orçamentária do Estado, entende que
246 benefício eventual deve estar no mesmo bloco da Proteção Social Básica, e na lei
247 precisa estar contemplado que o município pode sim gastar com benefício eventual.
248 Chama atenção dos municípios que não adianta ficar discutindo, que muitos assuntos
249 já foram discutidos no período matutino, que se precisa ser objetivo nesse momento,
250 para que se possa haver a pactuação. Entende que este valor proposto pelo Estado é
251 importante, pois está reconhecendo que existe um acréscimo pelas emendas da
252 Assembléia Legislativa SC – ALESC. Entende que existe um reconhecimento da
253 possibilidade do gasto, que sabe que isso não significa que terá a arrecadação. Sr.
254 Luan (SMAS do municípios de Nova Itaberaba) ressalta que o importante é o
255 reconhecimento do Estado de que há duas emendas parlamentares ao orçamento, que
256 dependem da arrecadação, porém acredita, que se o Estado tiver uma arrecadação
257 maior, como foi o caso do ano passado, entende que deve ser feita uma nova
258 pactuação para o segundo semestre. Entende também que os municípios devem
259 receber por equipamento de CRAS, quem possui um recebe por um, quem tem dois
260 recebe por dois, entende ser esta a forma justa de se pactuar o recurso do
261 cofinanciamento estadual. Secretária M^a Elisa esclarece que as emendas
262 parlamentares caso fossem impositivas, o Estado seria obrigado a pagar. Porém o que
263 os deputados fizeram foi habilitar a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, a
264 aumentar os recursos para o cofinanciamento. Sr. Luan lembra ainda, que cada
265 município pode procurar os deputados da sua região para exigir que ele proponha
266 emendas impositivas, pois estas obrigam o Estado a aumentar os valores do recurso
267 para o cofinanciamento. Entendem que a militância dos municípios é muito importante
268 e tem muito orgulho disso, pois os municípios têm que exigir e mostrar a sua força. Sr.
269 Magno propõe que dos 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), seja repassado
270 R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Proteção Social Especial, e R\$
271 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para a Proteção Social Básica. Janice
272 (FECAM – Federação Catarinense de Municípios) ressalta que para o repasse do
273 recurso da Proteção Social Especial é necessário pensar nos critérios, pois há
274 municípios que possuem média e alta Complexidade. Gostaria que constasse em ata
275 que se precisa voltar a ter o Estado presente nos três blocos, é necessário que seja
276 contemplado cofinanciamento, tanto para os serviços de básica, média e alta
277 complexidade, como também benefícios eventuais. Entende que o Estado deveria
278 possuir recursos suficientes para disponibilizar à todos os serviços. Diverge do Sr.
279 Luan, pois após tantos anos de luta, os trabalhadores do SUAS precisarem voltar a
280 “mendigar” aos deputados por emendas para a Assistência Social. Entende que é o
281 Estado que precisa diminuir as despesas com outros gastos e colocar essa economia
282 na Política de Assistência. Precisa também constar em ata, que os municípios irão

283 continuar a exigir que os recursos que foram aprovados no orçamento por emenda,
284 precisam ser pagos ainda esse ano. Como será feito isso, ainda é necessário pensar,
285 os municípios precisam ir atrás e exigir que seja retirado da Comunicação do Governo
286 para ser disponibilizado na Política de Assistência Social e se ter uma segunda
287 pactuação em CIB. Sr. Magno esclarece que dentro da possibilidade de transferência
288 que o Estado possui, o mesmo está habilitado, pode chegar a gastar até R\$
289 53.200,000,00 (cinquenta e três milhões e duzentos mil reais) para a Proteção Social
290 Básica com as emendas. Já a Proteção Social Especial o teto máximo é esse que está
291 sendo pactuado nesse momento R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e benefícios
292 eventuais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), isso é o que está descrito no
293 orçamento do Estado. Não pode extrapolar esses valores. Informa que no valor de R\$
294 23.000.000,00 (vinte e três milhões), já está sendo pago um montante da emenda,
295 agora os municípios, conforme deliberação do período matutino, irão lutar para que o
296 restante dos recursos das emendas também sejam pagos. Assim, deixa claro que a
297 pactuação que está ocorrendo no dia de hoje na CIB, será a pactuação do primeiro
298 semestre de 2020, caso venha a ter uma segunda possibilidade, será realizada uma
299 nova pactuação no segundo semestre. A luta agora dos municípios será buscar o
300 restante do valor, tentando audiência com o Governador, com os deputados, solicitando
301 que seja pago o restante dos recursos das emendas. Entende que dentro do valor atual
302 já há R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais) das emendas. Sr. Esmael
303 esclarece que realmente esse valor já contempla uma parte das emendas, informa que
304 o esforço da SDS para obter esse valor foi grande, e hoje é esse valor que a Política da
305 Assistência Social conta. Secretária M^a Elisa informa que é importante saber que
306 habilitado por lei, não quer dizer que se tenha dinheiro, isso é orçamento, a lei habilita a
307 gastar até determinado valor, mas não se tem garantia que o recurso chegará a esse
308 valor. Pondera ainda, que esse novo governo, a nova gestão, já mostrou fazer muita
309 diferença, primeiro pela verdade, nunca prometeu recursos que não poderia pactuar,
310 sempre foi honesta, trazendo a realidade aos municípios; segundo que foi pago o que
311 outras gestões deixaram de passivo, esclareceu que estão entregando todas as obras
312 que estavam paradas, estão dando suporte, indo aos municípios, deu o exemplo da
313 última CIB do mês de fevereiro, que foi falado muito da questão dos imigrantes,
314 principalmente os municípios do oeste catarinense, prontamente a SDS se organizou e
315 estará na região, no próximo dia 02/04, para abordar as questões solicitadas, tanto a
316 questão dos imigrantes, como da população indígena. Então a SDS está respondendo
317 as demandas prontamente, foram regularizados os carros doados aos municípios que
318 muitos estavam completamente irregulares, por tudo isso entende que esta gestão, não
319 está igual às outras, ao contrário está fazendo muito diferente. Relata que nas
320 inaugurações que houveram de CRAS nas regiões, conversou com os Prefeitos para
321 que realizem debates junto aos empresários da região com relação aos imigrantes.
322 Gostaria de agradecer, pois esteve no Sul, Alto Vale e Oeste em que inaugurou
323 11(onze) CRAS e 02 (dois) CREAS, e sempre foi muito bem recebida. Relatou que em
324 todos os lugares ouviu muito os Prefeitos e as demandas são todas iguais, não importa
325 o porte do município, pois todos precisam da Proteção Social Básica e também
326 Especial. Sr. Santiago reitera o pedido de que esta seja a pactuação do primeiro
327 semestre e que em agosto se estude a possibilidade de uma segunda pactuação. Sr.
328 Magno confirma os valores para a Proteção Social Básica e Especial e os critérios para
329 a Especial precisam ser definidos, então propõe que seja chamada a Câmara Técnica

330 da CIB para que esses critérios sejam definidos a partir dos estudos e levantamentos
331 da mesma. Desta forma, ficam definidos os valores, que a pactuação será do primeiro
332 semestre de 2020, com a expectativa de uma nova pactuação para o segundo
333 semestre. Sra. Janice (FECAM) lembra que para a Proteção Social Especial, deve ser
334 lembrado que há consórcios de municípios para a alta complexidade, então não
335 somente os municípios sede devem receber recursos, como também aqueles que
336 pagam pelas vagas desses serviços e ainda os serviços de família acolhedora. Sr.
337 Magno pondera que a avaliação da Câmara Técnica serão para os critérios, bem como
338 para as questões jurídicas, caso haja impossibilidade jurídica, já se sabe que alguns
339 municípios podem não ser contemplados, por isso a importância da avaliação da
340 Câmara Técnica da CIB. Informou também que em relação à Proteção Social Básica o
341 recurso irá para os municípios que possuem CRAS em seu território. Assim o Plano de
342 Trabalho será em duas etapas, uma imediata para Proteção Social básica e a próxima
343 após definição dos critérios da Proteção Social Especial. Colocando em aprovação, foi
344 pactuado o recurso. **CapacitaSUAS:** Sra. Luciane passa ao próximo ponto e relembra
345 que o processo do CapacitaSUAS se estende desde o ano de 2017, em 2019 foi
346 publicado o edital e quando foi realizada a avaliação dos critérios técnicos e
347 documental, foi visto que havia incoerências em relação a Lei 8.666 (Lei de Licitações),
348 desta forma, foi necessário refazer o edital em 2020, para que a execução possa
349 acontecer ainda este ano, a previsão é que no mês de abril já seja possível ser
350 publicado o novo edital. Sr. Magno pondera que foi muito tempo e moroso esse
351 processo, e solicita que o Estado possa avaliar a possibilidade de transferir esses
352 recursos para as Associações de Municípios, para que possa ser realizado pelas
353 Associações ou por termo de cooperação, alguma outra forma para que a execução
354 aconteça. Sra. Luciane esclarece que nesse momento o processo já está acontecendo
355 e acredita que a execução ocorrerá muito em breve, com certeza ainda esse ano.
356 **Regionalização:** Sra. Luciane relata que foi solicitado que o Estado esclarecesse a
357 Resolução 334 de dezembro de 2019, informa que não é o caso do Estado de Santa
358 Catarina, pois em 2014 foi realizado um estudo pela Câmara Técnica da CIB que
359 precisa ser atualizado, e na época havia um recurso para a regionalização, que não foi
360 utilizado, e esse recurso foi transferido para a Alta Complexidade do Estado, na época
361 para o Centro Educacional “São Gabriel”, então o Estado não está dentro dessa
362 Resolução. Informa então que não há recurso nenhum para a Regionalização nesse
363 momento, não se deve haver dúvida nenhuma em relação a essa Resolução.
364 Secretária M^a Elisa reforça que o Estado não pactuou com a União a Regionalização, o
365 recurso foi todo utilizado para a Alta complexidade – Centro Educacional São Gabriel.
366 Informa que muitos Estados ainda estão usando esses recursos para implantação da
367 regionalização, então entende que por este motivo não haverá mais recursos da União
368 para a regionalização nesse momento. Sra. Luciane informa que em reunião com o
369 Coegemas, todos entendem que é necessário dar andamento as questões da
370 regionalização, assim como encaminhamento, o Estado entrará em contato com a
371 FECAM para que as Associações de Municípios encaminhem aos seus municípios um
372 questionário elaborado pela SDS, que possibilite ser realizado um quadro da realidade
373 do Estado de Santa Catarina, e a partir desses dados que serão tabulados pela SDS,
374 se possa avançar nas possibilidades de regionalização, para que provavelmente na
375 CIB do mês de junho se possa trazer o retorno desse trabalho. Solicitou que a mesa
376 pactue esse ponto para que todos possam se comprometer, participar e avançar para

377 que a regionalização comece a ser estruturada, o que foi aceito. Apresentou um esboço
378 de plano de trabalho com possíveis datas e prazos. Reforça ainda alguns pontos dos
379 informes, capacitações e viagens que irão acontecer. Secretária M^a Elisa solicita que
380 todos prestem muita atenção nas datas e nas capacitações que constam nos informes,
381 para que todos possam participar. **3 ° Encerramento:** Sr. Magno informa a nova
382 diretoria do Coegemas, passa a Presidência ao Sr Luan, afirma que aprendeu muito
383 enquanto esteve na Presidência do Coegemas, que sempre lutou para buscar as
384 respostas que os municípios necessitavam, deixa a diretoria do Coegemas muito feliz,
385 com a pactuação do recurso do Cofinanciamento do ano de 2020 realizado, com a
386 sensação de dever cumprido. Despede-se com muita alegria no coração, que lutou
387 muito, para garantir os direitos dos usuários, afirma que sempre irá lutar pela Política
388 de Assistência Social, agradece a todos, tanto o Estado, quanto os Gestores
389 Municipais, a oportunidade de aprendizagem e a gratidão à cada um, estará sempre a
390 disposição de todos. Sr. Luan também agradece muito ao Sr. Magno e afirma que
391 buscará fazer o melhor, tendo-o como exemplo. Secretária M^a Elisa encerra a reunião
392 também agradecendo ao Sr. Magno e a diretoria do Coegemas, afirma que o ano de
393 2019 foi extraordinário, pois foi de muito debate, crescimento, engrandecimento da
394 Política Pública e não somente embates por recursos, e ainda, que foi possível
395 conhecer vários municípios, agradece ao Sr. Magno, a toda mesa diretora e já dá as
396 boas vindas para o Sr. Luan que já é o novo Presidente do Coegemas e toda a nova
397 mesa diretora. Agradece a todos a participação nessa tarde, que tenham cuidado nas
398 estradas. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra Ribeiro Melo – Secretária Executivada
399 CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria
400 Executiva da CIB-AS-SC.